do meio ambiente. Revista de Contabilidade do Conselho Regional do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, n. 104, p. 12-23, maio de 2001.

PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC): E A HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

JACQUELINE CASTRO CUNHA

RESUMO:

Os gêneros textuais influencia não só o aprendizado dos estudantes, mas também as práticas do professor, já que este deve trabalhar diferentes modalidades textuais, orais e escritas. Para contribuir com um melhor desenvolvimento educacional, principalmente voltada as questões relacionadas à alfabetização e letramento, o Governo Federal criou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Assim, o presente trabalho teve por objetivo discutir a alfabetização e letramento, através de uma perspectiva histórica do processo de alfabetização no Brasil, desde meados da década de 1880 até o ano de 2012, ano em que ocorreu a culminância do PNAIC. A pesquisa caracterizou-se como qualitativa, refletindo sobre a utilização de gêneros textuais e metodologias de alfabetização como recurso pedagógico a serem desenvolvidos nas séries iniciais do Ensino Fundamental e inclusive na Educação de Jovens adultos. Como resultado, tem-se a importância da função social da leitura e do trabalho com os gêneros textuais no desenvolvimento da escrita, as reflexões a respeito do papel do professor em sua prática e a inserção plena desses estudantes na sociedade atual.

PALAVRAS-CHAVE: PNAIC; alfabetização e letramento; Ensino Fundamental.

ABSTRACT:

Textual genres influence not only student learning, but also teacher practices, as they must work with different textual, oral and written modalities. To contribute to a better educational development, mainly focused on issues related to literacy and literacy, the Federal Government created the National Pact for Literacy in the Right Age (PNAIC). Thus, the present work aimed to discuss literacy and literacy, through a historical perspective of the literacy process in Brazil, from the mid-1880s to the year 2012, the year in which the PNAIC culminated. The research was characterized as qualitative, reflecting on the use of textual genres and literacy methodologies as a pedagogical resource to be developed in the initial grades of Elementary School and even in the Education of Young Adults. As a result, there is the importance of the social function of reading and working with textual genres in the development of writing, reflections on the role of the teacher in their practice and the full insertion of these students in today's society.

KEYWORDS: PNAIC; literacy and literacy; Elementary School.

1 INTRODUÇÃO

Os seres humanos se emancipam e passam a conhecer o mundo letrado através da leitura e da escrita. Atualmente, sabemos que não basta decifrarmos os signos linguísticos; mas reconhecer as palavras atribuindo sentido ao que se lê. Portanto, a leitura e a escrita promovem a emancipação dos indivíduos em relação ao meio em que vivem, facilitando a sua inclusão e participação na sociedade.

Com o passar do tempo, a alfabetização foi sendo cada vez mais estudada, por estudiosos de diferentes países, sendo desenvolvidos conceitos e diferentes metodologias. Apesar de toda essa evolução, o Brasil encontra-se ainda entre os países subdesenvolvidos, que passam por problemas educacionais envolvendo a qualidade da Educação Básica, o que supostamente acarreta problemas na alfabetização e letramento.

Apesar de toda essa preocupação, ainda vemos certo fracasso atribuído às dificuldades voltadas para a leitura e escrita pelos estudantes e na ineficiência por parte da escola em ensinar a ler e escrever, durante o processo de alfabetização, pois, não possibilita aos mesmos utilizarem a linguagem com a competência necessária.

Como problemática tem-se que a consciência fonológica no processo de alfabetização de estudantes do Ensino Fundamental I demonstra que há uma relação causal entre alfabetização e consciência fonológica, já que conforme vão adquirindo a consciência de que os sons constroem uma Língua, eles desenvolvem de forma mais rápida as habilidades e competências necessárias para a aquisição da base alfabética.

De acordo com o PNAIC, a consciência fonológica é um conjunto de habilidades que permitem refletir sobre as partes sonoras das palavras, ou seja, o ser humano usa as palavras para se comunicar, podendo assumir diante delas uma atitude metacognitiva, refletindo sobre a sua dimensão sonora. O indivíduo quando se torna capaz de refletir sobre os segmentos das palavras está colocando em prática a consciência fonológica.

Assim, o presente trabalho teve por objetivo discutir a alfabetização e o letramento, através de uma perspectiva histórica desse processo no Brasil, desde a década de 1880 até 2012, ano em que houve a criação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

A metodologia utilizada foi qualitativa, a fim de tratar os dados encontrados a partir de pesquisa bibliográfica em sites, monografias, dissertações, artigos, entre outros documentos a respeito do tema.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 HISTÓRICO DA ALFABETIZAÇÃO

A linguagem escrita surgiu pela primeira vez com os Fenícios no século XIII

a.C. No entanto, devido ao prestígio cultural dos gregos, muitos pesquisadores acreditam que a língua nasceu entre eles. A invenção da escrita está associada às relações sociais, sejam elas de dominação ou de poder, pela importância que lhe é atribuída no currículo escolar (MELO, 2015).

Naquela época, aprender a ler era sinônimo de adquirir novos conhecimentos. Escrever era visto como o fato de se

ter boa caligrafia, diferentemente de hoje, sabendo-se que é um conjunto de habilidades de comunicação. A alfabetização era sinônimo de civilização, esclarecimento e até mesmo disciplina para uma sociedade teológica (MORAIS e SILVA, 2012).

Segundo Mortatti (2000), nesse mesmo período, houve um embate teórico entre os que defendiam os métodos mais tradicionais e os que defendiam os métodos mais modernos de alfabetização, sendo Antônio da Silva Jardim (1860-1891), responsável pela propagação do Método João de Deus, impresso no Caderno Materno ou na Arte de Ler, em 1876.

Ainda, segundo o autor, naquela época, os métodos considerados antigos e sintéticos eram alfabéticos ou ortográficos, silábicos e fônicos. O novo método de escrita analítica foi a partir desta cartilha com base no método intuitivo com o objetivo de contribuir para a construção de um sistema educacional que levasse cultura a um povo considerado bárbaro e ignorante pela sociedade.

A escola tradicional considerava um bom método de ensino aquele baseado na memória e no ato de memorizar, já o bom professor era aquele que seguia as orientações oficiais e utilizava corretamente o método impresso das cartilhas. Para que os estudantes saíssem bem, eles deveriam ter uma excelente memória para memorizar os sons das letras, sílabas, palavras, frases e textos, que na maioria das vezes estavam relacionados a questões de higiene (MELO, 2015).

Thompson (1910-1975), educador paulista, foi o primeiro a utilizar termo alfabetização em 1918, embora o termo analfabeto já fizesse parte do vocabulário desde 1909. O educador começou a difundir um novo modelo educacional com base nos preceitos da Escola Nova, da pedagogia social e da psicopedagogia. Ele foi precursor na inversão dos papéis entre estudante e professor, pregando que o método deveria se adequar ao estudante e não o contrário (MORTATTI, 2000).

Entre as décadas de 1920 e 1970, o Brasil passou por mudanças no cenário educacional, com o surgimento do livro Testes ABC, de Lourenço Filho, composto por oito provas, primeira a conceber o processo de alfabetização relacionado ao conhecimento da leitura simultânea e escrita.

No entanto, como a teoria estava bastante distante da prática, a divulgação desse trabalho se deu de forma diferenciada entre pesquisadores educacionais e professores. Em outras palavras, destacou-se que a fundamentação teórica das Provas ABC foi estudada e compreendida pelos pesquisadores em educação, enquanto os professores tiveram acesso apenas aos manuais de aplicação. Os professores aplicaram a metodologia conforme manuais elaborados por terceiros (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003).

Os testes ABC classificaram os estudantes como capazes ou inaptos em alfabetização e os professores os organizaram em salas de acordo com suas habilidades. Os manuais foram produzidos por técnicos e professores sem implementar um processo efetivo.

No entanto, essa metodologia incluiu o período histórico em que a população queria escola para seus filhos e a elite

dominante precisava da força de trabalho para se beneficiar da urbanização e industrialização nacional (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003).

Ao longo do tempo, a alfabetização foi cada vez mais estudada por estudiosos de diversos países e diferentes teorias, conceitos e metodologias foram desenvolvidos. Apesar disso, o país ainda está entre os países subdesenvolvidos que enfrentam problemas educacionais como a qualidade da educação básica e, portanto, problemas de alfabetização e letramento.

Assim, é fundamental que a escola resgate o verdadeiro significado da alfabetização e letramento, pois, ambos devem ocorrer de forma integrada e ao mesmo tempo. Uma metodologia construtiva deve vinculá-las sem perder a especificidade de cada um dos processos, com o objetivo de formar leitores e escritores individuais.

2.2 PACTO NACIONAL VOLTADO A ALFABETIZAÇÃO

A escolarização entre as décadas de 1970 e 1980 trouxe consigo altas taxas de repetência e evasão, o que levou a uma revisão do projeto educacional brasileiro, a fim de trazer qualidade ao ensino, colocando em prática uma educação voltada para o social, político, econômico e cultural da realidade do momento, considerando os interesses e motivações dos estudantes e buscando uma aprendizagem que contribuísse para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com responsabilidade na sociedade em que se vivem (BRASIL, 1997, p. 24).

Uma das formas de contribuir para um melhor desenvolvimento educacional, voltado principalmente para questões relacionadas à alfabetização e letramento, foi o surgimento do PNAIC.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) foi documentado em julho de 2012, pelo então Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, que no uso de suas atribuições se baseou na Escola Primária de Nove Anos do ano de 2009, por meio da Portaria n. 867/2012.

O artigo 5º, deste mesmo decreto do Ministério da Educação (MEC) descreve os objetivos relacionados à alfabetização nos seguintes parágrafos: I - Garantir que todos os alunos das redes públicas de ensino são alfabetizados, em português e em matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental; II - Reduzir a distorção idadesérie na Educação Básica; III - Melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); IV - Contribuir para a melhoria da formação de alfabetizadores; V - Construir propostas para a definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças nos três primeiros anos do ensino básico.

Ou seja:

I. Alfabetizar todas as crianças em Língua Portuguesa e em Matemática; II. Realizar avaliações anuais universais, aplicadas pelo Inep, junto aos concluintes do 3º ano do ensino fundamental; III. No caso dos estados, apoiar os municípios que tenham aderido às Ações do Pacto, para sua efetiva implementação (BRASIL, 2012, p.11).

O documento do PNAIC também contém o conceito de alfabetização que tem como foco a integração dos estudan-

tes às práticas sociais, devendo ser desenvolvidas metodologias diferenciadas que favoreçam a adoção do sistema de escrita alfabética por meio de atividades lúdicas e reflexivas, contribuindo para a participação em situações de leitura e produção, a fim de ampliar o repertório cultural para crianças.

Pensando no PNAIC, a formação de professores alfabetizadores tornou-se mais do que uma necessidade, mas sim um dever para desenvolver a educação. O Brasil, nos últimos anos, alcançou uma conquista inédita em sua história política, com grande avanço econômico e social.

No campo da educação, a ideia foi ampliar e democratizar o acesso à educação, da educação infantil ao ensino médio e melhorar os indicadores de qualidade e desempenho das escolas públicas ano após ano, o que nem sempre é verdade.

Mas ainda há desafios a serem superados. Muitos estudantes ainda completam o nível primário correspondente à alfabetização sem serem totalmente alfabetizadas. Os estudiosos consideram que os problemas de alfabetização e letramento podem comprometer seriamente seu futuro e, portanto, o futuro do país (BRASIL, 2012, p. 6).

Para tanto, foram compostos indicadores de qualidade para avaliar se os objetivos do programa foram alcançados. No segundo ano (Provinha Brasil) duas provas externas são aplicadas pelo INEP no ciclo de alfabetização para verificar o nível de qualidade da aprendizagem.

Por outro lado, estudiosos criticaram a implantação do PNAIC no Estado de São Paulo, pois, a concepção de formação de professores alfabetizadores se mostra ultrapassada e ao mesmo tempo autoritária. Para Manzano (2014), o PNAIC foi a expressão do modelo regulatório estatal, uma vez que a formação de professores alfabetizadores trata mais da regulação das práticas do que do desenvolvimento docente.

Leite (2014), é outro pesquisador que afirma que embora o PNAIC tenha ofertado aos profissionais da educação a reflexão sobre os processos de alfabetização e letramento através de material acessível, houve situações que complicaram a implementação do Programa, como atraso na entrega de materiais; a não colocação dos diretores e coordenadores pedagógicos na formação; e baixa mobilização dos educadores cursistas, entre outros.

Ainda de acordo com o autor, existem algumas dificuldades estruturais relacionadas às práticas pedagógicas. A primeira delas é a concepção de alfabetização e a segunda recai sobre a importância da formação continuada para o exercício da profissão.

Os pesquisadores consideram que o processo de alfabetização é um algo complexo e multifacetado. Por isso, o exercício da docência na área da alfabetização e do letramento requer que o professor tenha o domínio de conhecimentos teóricos sobre todo o processo.

Também é preciso pensar que nesse processo o estudante deve ser desafiado a construir sua própria apropriação da escrita, por meio da análise, comparação e da relação que estabelece entre os mais variados elementos que compõem a linguagem escrita.

2.3 CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA

Quando falamos em consciência fonológica nos referimos à capacidade de refletir sobre a estrutura das palavras, de entendê-la como uma série de sílabas e fonemas e, por fim dividi-las. Os professores podem utilizar o português para dividir ou excluir fonemas, o que pode favorecer a compreensão dos estudantes, desde a decodificação de senhas até hábitos e gostos de leitura (SANTOS e NAVAS, 2002)

Segundo os autores, o desenvolvimento da consciência fonológica durante o processo de alfabetização deve preocupa-se com os aspectos linguísticos e cognitivos, adaptando a metodologia de acordo com o nível e a faixa etária. Além de desenvolver habilidades fonológicas, o professor deve ter o cuidado de desenvolver representações lexicais, memória semântica e habilidades de leitura.

Guaresi et al. (2017), mostra que o homem desde a infância já tem certa discriminação ao perceber que as palavras começam ou terminam com o mesmo som e que as palavras podem ser divididas em sílabas.

No entanto, cada indivíduo precisa entender a divisão dos fonemas, e para isso o professor deve fazer uma intervenção maior, pois, eles não podem ser separados naturalmente, exigindo atividades formais para se aprofundar no código alfabético (CAVALHEIRO et al., 2010).

Ainda de acordo com os autores, quando o professor trabalha dessa forma, os estudantes desenvolvem habilidades de alfabetização e letramento com mais firmeza, em comparação com outros que se alfabetizaram por outros meios que não a consciência fonológica.

Portanto, cada professor deve levar em consideração a faixa etária com a qual está trabalhando. Quando a consciência fonológica é trabalhada desde a infância, a capacidade de fazer associações entre vocabulário e unidades vocais, como rimas e sílabas, é maior. No caso da consciência fonêmica, introduzida posteriormente, é necessário um esforço metacognitivo para desenvolvê-la. Isso porque no início da alfabetização, a consciência fonológica no nível silábico se desenvolve primeiro no nível fonêmico (SANTOS e BEFI-LOPES, 2012).

A alfabetização afeta diretamente o desenvolvimento da consciência fonológica, melhorando assim as habilidades metafonológicas, quando há maior contato com os conceitos de grafema e fonema, principalmente quando a alfabetização ocorre pelo método fônico (LEITE et al., 2018).

No entanto, devemos perceber que a consciência nem sempre se desenvolve como esperado. Há indivíduos que apresentam alterações na aquisição dos fonemas, conhecido como distúrbio fonológico, podendo apresentar desempenho inferior a outros apresentando dificuldade em pensar as sílabas da fala e compreender como a informação sonora é utilizada.

Portanto, é muito importante que as atividades propostas relacionadas à consciência fonêmica sejam aplicadas em conjunto com outras metodologias a fim de garantir uma aprendizagem efetiva da leitura e da escrita, posteriormente, de forma significativa para os estudantes.

Assim, um ambiente acolhedor que proporcione, por exemplo, um local reservado apenas para livros, onde o estudante tenha acesso a eles, pode fazer com que o aluno crie o hábito e desperte o prazer pela leitura, além de facilitar o processo de alfabetização.

No Brasil, o sistema educacional brasileiro é deficitário, razão pela qual o Estado muitas vezes não consegue oferecer educação de qualidade para todos. Entre as várias deficiências está a falta de motivação para a leitura como fator importante que deve estar sempre presente no contexto escolar.

Para Abramovich (1995) ao ler uma história para o estudante, ele desenvolve pleno potencial crítico. A partir daí ela pode pensar, duvidar, questionar, etc. A leitura traz consigo uma espécie de ansiedade, que a faz querer saber mais ou perceber que pode mudar de ideia.

Na sociedade atual, pessoas com baixa escolaridade e que não têm flexibilidade na leitura não conseguem bons empregos com remuneração adequada, o que acaba afetando sua autoestima. É preciso perceber que a leitura é indispensável ao desenvolvimento sociocultural e econômico e à realização pessoal de cada indivíduo.

A leitura enquanto formadora do conhecimento é um fator contra a alienação que pode dar as pessoas e aos grupos sociais uma sensação de liberdade em diferentes aspectos, pois a pessoa que tem acesso às informações aprendendo a pensar por si só, tornando-se livre.

Portando é fundamental investir em projetos e pesquisas que estimulem a leitura desde o início da Educação Básica, desenvolvendo habilidades como questionar, argumentar e comunicar suas ideias para a construção do conhecimento. A leitura considerada um instrumento de acesso à informação e é relevante que o indivíduo tenha uma relação com esta prática, podendo assim compreender melhor o mundo ao seu redor. Além disso, é importante que a leitura seja algo estimulante e prazeroso para que se possa formar futuros leitores:

Seria preciso, então, considerar a leitura como um processo de compreensão de expressões formais e simbólicas, não importando por meio de que linguagem. Assim, o ato de ler se refere tanto a algo escrito quanto a outros tipos de expressão do fazer humano, caracterizando-se também como acontecimento histórico e estabelecendo uma relação igualmente histórica entre o leitor e o que é lido (MARTINS, 1994, p. 30).

O autor defende ainda que o fato de se comunicar verbalmente por meio de um gênero e, consequentemente, por meio de um texto, trabalha a linguagem não apenas nos aspectos formais e estruturais, mas também como atividade social, histórica e cognitiva.

Assim, os gêneros textuais surgiram da necessidade social de se comunicar, principalmente com a introdução de novas tecnologias no cotidiano das pessoas a partir da Internet. Com isso, surgiram novos gêneros:

Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. Surgem emparelhados a necessidades e atividades socioculturais, bem

como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita (MARCUSCHI, 2002, s/p.).

A definição de gêneros textuais atualmente inclui textos utilizados no cotidiano das pessoas que apresentam características sociais e comunicativas, conteúdo específico, características funcionais, estilo e sintaxe.

Isso exige da escola que os tipos textuais sejam adequados, pois existem não apenas dentro da escola, mas também fora dela e seu escopo está sujeito à sua inclusão social.

Koch e Elias (2009) afirma que ao longo da vida as pessoas desenvolvem uma competência relacionada ao conhecimento textual, sua caracterização e função. Por meio da comunicação, constrói-se modelos do que é, como se define, como deve ser produzido, para quem é enviado e que conteúdo e estilo se espera.

Todas estas competências adquiridas permitem não só reconhecê-los, mas também distinguir tipos textuais uns dos outros. Quando o professor trabalha bem, tal competência permite a ampliação do conhecimento sobre os gêneros textuais, narrativos, descritivos, expositivos ou argumentativos. Produzir textos bem escritos requer uma boa base de modelos adquiridos através da experiência e contato com determinadas espécies em situações importantes nas quais os humanos participam.

Assim, Koch e Elias (2009), explica que os modelos são construídos e reconstruídos ao longo da vida conforme a nossa participação em determinadas práticas sociais comunicativas que exigem do indivíduo conhecimento sobre a organização do texto, a seleção de ideias e o estilo.

3. CONCLUSÃO / CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática aqui estudada referente ao processo de alfabetização e letramento nas séries iniciais do Ensino Fundamental, demonstrou que há uma relação causal entre alfabetização e consciência fonológica, já que conforme os estudantes vão adquirindo a consciência de que os sons constroem uma Língua, elas desenvolvem de forma mais rápida as habilidades e competências necessárias para a aquisição da base alfabética.

De acordo com o PNAIC, a consciência fonológica é um conjunto de habilidades que permite refletir sobre as partes sonoras das palavras, ou seja, o ser humano usa as palavras para se comunicar, podendo assumir diante delas uma atitude metacognitiva, refletindo sobre a sua dimensão sonora. O indivíduo quando se torna capaz de refletir sobre os segmentos das palavras, está colocando em prática a consciência fonológica.

Com tudo o que foi exposto, pode-se concluir que o processo de Alfabetização e Letramento são processos que devem ser trabalhados de forma distinta, mas que num contexto geral são inseparáveis e se complementam. O professor, enquanto mediador do conhecimento deve utilizar práticas que contemplem as duas vertentes ao mesmo tempo, para desenvolver o domínio do sistema convencional

da escrita e

de habilidades que utilizem esse sistema no dia a dia das mesmas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, F. Literatura infantil - Gostosuras e Bobices. 5ª edição. São Paulo: Editora Scipione, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Fundamental (SEF). Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa. Brasília: DF, 2012.

CAVALHEIRO, L.G.; SANTOS, M.S.; MARTINEZ, P.C. Influência da consciência fonológica na aquisição da leitura. Rev CEFAC. 2010; 12(6): 1009-16.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. Educ. Soc., abril. 2003, vol.24, no. 82, p. 93-130.

GUARESI, R; OLIVEIRA, J.S., OLIVEIRA, E.; TEIXEIRA, L. A consciência fonológica e o vocabulário no aprendizado da leitura e da escrita na alfabetização. Rev Con Textos Ling. 2017; 11(18):97-109.

KOCH, I.V.; ELIAS, V.M. Ler e Escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.

LEITE, E.A.S. Alfabetização e letramento: desafios e possibilidades de uma escola pública municipal a partir do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

LEITE, R.C.D.; BRITO, L.R.M.; MARTINS-REIS, V.O.; PINHEIRO, A.M.V.P. Consciência fonológica e fatores associados em crianças no início da alfabetização. Rev. Psicopedagogia 2018; 35(108306-17.

MANZANO, T.S. Formação continuada de professores alfabetizadores do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa PNAIC no Município de São Paulo: proposições e ações. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

MARCUSCHI, L.A. Gêneros textuais: definições e funcionalidade. In: Dionísio et al. Gêneros textuais e ensino. 2 ed. 2002, p. 19-36.

MARTINS, M.H. O que é leitura. 19ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

MELO, E.P.C.B.N. PNAIC: uma análise crítica das concepções de alfabetização presentes nos cadernos de formação docente. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2015.

MORAIS, M.A.C. de; SILVA, F.L. A leitura e a escrita no Rio Grande do Norte: primeiras décadas do século XX. In: MORTATTI, M. do R. L. Alfabetização no Brasil: uma História de sua História. Marília: editora UNESP, 2012. p. 265-281.

MORTATTI, M.R.L. Os sentidos da alfabetização: São Paulo 1876/1994. São